

PR-AL-00018861/2026



**MPF**  
Ministério Público Federal

**Procuradoria  
da República  
em Alagoas**

**Secretaria Estadual**

Referência: Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.11.000.000085/2025-53

Assunto: Minuta do Edital do Pregão Eletrônico PR-AL nº 04/2026 para aquisição de alimentos para coffee break nos eventos da PR/AL e PRM-Arapiraca, por meio da adoção do Sistema de Registro de Preços - Manifestação da Assessoria Jurídica da Procuradoria da República em Alagoas pela aprovação do citado Edital e recomendações para alterações no Termo de Referência atualizado e aprovado pela Secretaria Estadual.

### **Despacho Nº 79/2026**

1. Trata-se de procedimento administrativo para análise e aprovação da minuta do Edital do Pregão Eletrônico PR-AL nº 04/2026 ([PR-AL-00017202/2026](#)), bem como alterações no Termo de Referência por recomendação da Assessoria Jurídica da PR-AL, conforme citado no documento Único [PR-AL-00018793/2026](#).

2. A ASSJUR-PR-AL manifestou-se mediante documento Único sob etiqueta [PR-AL-00018216/2026](#) pela aprovação da minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2026, com as seguintes recomendações: inclusão da presente despesa no Plano de Contratações Anual de 2026 (item 6.3 do parecer em destaque), assim como avaliar se os preços unitários correspondem às unidades de medida adotadas no Grupo 1 – Maceió, e no Grupo 2. Arapiraca (item 6.7); atualizar o relatório de pesquisa de preços, em conformidade à Portaria PGR/MPU nº 100/2023 (item 6.8) e alterar a Cláusula 15 do Termo de Referência sobre a Proteção de Dados Pessoais (item 6.15), todas do parecer citado.

3. Feitas as alterações recomendadas no Termo de Referência foi apresentado o documento [PR-AL-00018788/2026](#), o qual aprovo.

**4. Quanto à recomendação de inclusão da despesa no Plano de Contratação Anual de 2026, será posteriormente respondido em resposta à solicitação constante no documento**

**PR-AL-00018658/2026.**

5. Aprovo a minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2026 sob análise, em virtude do atendimento aos pressupostos legalmente exigidos.
6. Autorizo o início da fase externa do Pregão Eletrônico, com as providências estabelecidas na legislação de regência (Lei nº 14.133/2021).
7. Encaminhem-se os autos à Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas para providências necessárias.

Maceió, 01 de junho de 2026.

(assinado eletronicamente)

**DANIEL COSTA FORTES**

Secretário Estadual